

Educação decide hoje o calendário de reposição

Ivaldo Cavalcante

A reposição de aulas perdidas com a greve dos professores — que terminou ontem — deverá ser definida hoje pela comissão formada por dois técnicos da Secretaria de Educação e três da Fundação Educacional do Distrito Federal. Até ontem não se sabia como seriam repostos os 14 dias letivos; a única certeza é de que não haverá aula aos sábados. Desde o início do movimento, o secretário de Educação, Fábio Bruno, e a direção do Sindicato dos Professores descartaram a proposta do sábado, porque nas duas vezes em que foi adotada, também em consequência de greves, não deu certo.

Ao contrário do ano passado, quando cada escola teve liberdade para montar o seu novo calendário — o que, na opinião do secretário, gerou anarquia — a proposta de reposição este ano será igual para todos os colégios. A medida não agrada professores nem alunos, que consideram a decisão de gabinete distante das reais necessidades. «Deveriam deixar por conta do professor, que sabe dosar o conteúdo de acordo com o tempo disponível. Além disto, os alunos se comprometem mais com um esquema que não vem imposto de cima», critica a professora de História do Centro de Ensino da Asa Norte, Nelda Rubem Ribeiro.

Discordância

O Sindicato dos Professores e a comissão que está estudando a reposição têm números diferentes para os dias perdidos. A presidente do Sinpro, Lúcia Carvalho, diz que foram 17 dias perdidos e que por determinação do chefe do Gabinete Civil, Guy de Almeida, serão repostos apenas nove dias, porque oito coincidiram com a greve dos rodoviários. Já Júlio Gregório Filho, integrante da Comissão, afirma que 14 dias terão de ser considerados, independente da greve dos rodoviários. «Mesmo se os professores estivessem trabalhando, teria de haver reposição dos



Professores e alunos não aceitam repor aulas aos sábados

oito dias perdidos com o movimento dos motoristas e cobradores, porque a lei determina que sejam dados 180 dias letivos, no mínimo», afirmou.

Os dois representantes discordam ainda da possibilidade de descontar esses dias da folga de nove dias programada no calendário. Para este ano, estão previstos 205 dias de trabalho, dos quais 189 são dias letivos e os outros 16 destinados a reuniões com pais ou pedagógicos. Como a lei exige 180 dias, os nove restantes poderiam ser considerados para a reposição, entende Lúcia Carvalho. Mas Gregório Filho acha que se o Conselho e a Secretaria de Educação planejaram mais dias, é porque este tempo seria necessário para desenvolver a proposta educacional.

O Sinpro ainda não tem a sua proposta de reposição definida e nem tem pressa, porque só vão analisar a questão na assembleia do dia 21, quando também será discutido o andamento das negociações para o aumento superior aos 49% oferecidos pelo Governo. É possível a aprovação da reposição nos dias destinados a reuniões, que seriam realizadas aos sábados.

Culpa

«Não aceitamos a reposição de aulas aos sábados e nem no período de férias, porque nós não temos que pagar pelas culpas do Sindicato dos Professores e do Governo do Distrito Federal». A afirmação é do diretor de imprensa da União Metropolitana dos Estudantes Secundaristas de Brasília, Donizete Moura de Jesus.